



GEDES

Grupo de Estudos de
Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E
FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 09/2019
Período: 30/03/2019 – 05/04/2019

GEDES - UNESP

- 1- 55 anos da instauração do regime militar I: repercussões
- 2- 55 anos da instauração do regime militar II: opinião
- 3- 55 anos da instauração do regime militar III: Palácio do Planalto divulgou vídeo
- 4- 55 anos da instauração do regime militar IV: Manifestantes foram às ruas em capitais
- 5- 55 anos da instauração do regime militar V: documentos Sistema de Informações do Arquivo Nacional
- 6- Militar da Força Aérea Brasileira foi nomeado para a Secretaria Executiva do Ministério da Educação
- 7- Militar da Marinha Brasileira foi condecorada pela Organização das Nações Unidas
- 8- Periódico recapitulou a posição de militares do governo
- 9- Um quarto dos discursos do presidente são sobre o Regime Militar
- 10- Processo de seleção para a Escola de Sargentos das Armas
- 11- Olavo de Carvalho atacou criticou general Santos Cruz
- 12- Coluna opinativa comentou teses do bolsonarismo
- 13- Colunista comentou documentário sobre ditadura militar
- 14- Evento militar teve arma furtada
- 15- Ministro da Educação sugeriu retirar golpe militar dos livros didáticos
- 16- Novo caça da FAB deve estar pronto em Agosto
- 17- Acordo prevê criação de “áreas restritas” na base de Alcântara

1- 55 anos da instauração do regime militar I: repercussões
De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, seis comandos militares celebraram no dia 29/03/2019 os 55 anos do início da ditadura militar (1964-1985). Outros dois comandos militares celebraram a data no dia 28/03/19. De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, determinou ao Ministério da Defesa que fizesse as “comemorações devidas”. Segundo o *Correio*, no dia 28/03/19, Bolsonaro recuou e afirmou que sugeriu às unidades militares que rememorassem a data. De acordo com *O Estado*, a comemoração do dia 31/03/1964 havia sido retirada das efemérides militares pela ex-presidente da República, Dilma Rousseff. De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o texto redigido para a ordem do dia que comemorou a

data ignorou o aspecto autoritário do regime militar (1964-1985) como “a tortura de opositores e a censura às artes e à imprensa”. A determinação de Bolsonaro gerou manifestações de repúdio. No dia 29/03/19, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, Ivani Silva da Luz, proibiu a realização de comemorações no dia 31/03/19, porém, sua decisão foi revogada pela desembargadora Maria do Carmo Cardoso, do Tribunal Regional Federal da 1º Região. Cardoso afirmou não configurar “violação ao princípio da legalidade, tampouco violação a direitos humanos”. De acordo com Luz, a redação da ordem do dia é uma “celebração à ruptura deflagrada pelas Forças Armadas”. Também no dia 29/03/19, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, negou o seguimento de um pedido de mandado de segurança formulado por vítimas do regime militar e pelo Instituto Vladimir Herzog pois considerou que “a recomendação do presidente não era suficiente para pedido de tutela constitucional ao STF”. O ex-ministro da Defesa, Aldo Rebelo, afirmou que a comemoração do golpe de 1964 “alimenta uma divisão falsa que não interessa ao país, (...), e também não interessa às Forças Armadas”. De acordo com o relator especial sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não-repetição da Organização das Nações Unidas (ONU), Fabián Salvioli, a comemoração do golpe “é imoral e inadmissível em uma sociedade baseada no estado de direito”. Em entrevista a *O Estado*, o deputado estadual pelo Partido Social Liberal (PSL) por São Paulo, capitão Castelo Branco, corroborou a opinião do presidente e afirmou que “o 31 de março foi necessário para restabelecer a ordem nacional”. (Correio Braziliense – 30/03/19 – Política; Correio Braziliense – 31/03/19 – Política; Folha de S. Paulo – 30/03/19 – Poder; O Estado de S. Paulo – 30/03/19 – Política; O Estado de S. Paulo -31/03/19 - Política)

2- 55 anos da instauração do regime militar II: opinião

Em coluna opinativa para o periódico *Folha de S. Paulo*, o deputado estadual Oscar Castello Branco de Luca, sobrinho-neto do ex-presidente da República, general Humberto de Alencar Castello Branco, afirmou que para compreender o ocorrido em 31/03/1964 é necessário realizar uma contextualização, uma reflexão sobre o fato histórico a partir do “cenário sócio–geopolítico–econômico-militar da época”, marcado pela Guerra Fria. De acordo com Castello Branco de Luca, o país era alvo de um orquestrado plano de conquista por parte do polo comunista, incluindo treinamentos em Cuba, que culminaram em “fatos graves”. Diante do cenário, as Forças Armadas atenderam ao clamor da sociedade e do próprio Congresso e decidiram “salvar a nação de si mesma”, realizando seu papel de guardião da Constituição: “protegeram a nação de seus inimigos internos e externos. Foi necessário tutelar a nação!”. O deputado finalizou sua nota afirmando que ocorreram “erros dos dois lados” e que agora é preciso lutar por uma “nova forma de política, conquistando as mentes e os corações”. Também na seção Tendências & Debates da *Folha*, foi publicado um texto assinado pelos ex-candidatos à presidência da República Fernando Haddad e Guilherme Boulos; pelo governador do Maranhão, Flávio Dino; pelo ex-governador da Paraíba, Ricardo Coutinho; e pela ex-candidata à vice-presidência da República, Sônia Guajajara. Na nota, os autores afirmaram que o ocorrido em 31/03/64 deve ser chamado de golpe em “respeito à nossa história e às vítimas” do regime militar (1964-1985), explicando que o termo se adequa pois houve uma ruptura da Constituição de 1946 e o afastamento do então presidente da República, João

Goulart, “pela força das armas” e sem “amparo constitucional”. Os autores afirmam que os anos que seguiram o golpe foram marcados por torturas, desaparecimentos, censura, repressão e cassações. Ao relembrem os regimes de Argentina e Chile, afirmaram que “nenhum outro país do nosso continente, que também passou pelo mesmo processo histórico, aceita discutir qualquer aspecto de comemoração ou rememoração de suas ditaduras militares.” Por fim, Haddad, Boulos, Dino, Coutinho e Guajajara concluíram que “nenhuma ditadura serve mais ao Brasil. Acreditamos que a imensa maioria dos militares sabe disso”. Em entrevista à *Folha*, o governador do estado de São paulo, João Dória, afirmou que o governo federal não “agiu bem” em promover a comemoração do golpe de 1964. Segundo Dória, não se pode negar o golpe ou apagar o passado. O governador declarou também que é preciso também respeitar o lado militar, que no momento está no poder, e que a partir de agora se deve olhar para a frente. Em coluna opinativa para *Folha*, o jornalista Reinaldo Azevedo criticou o questionamento do golpe militar. Azevedo ressaltou que no período a dúvida era se “o golpe será dado pelos militares contra João Goulart, ou ele conseguirá se acertar com parte considerável das Forças Armadas e desfechar um autogolpe”, além de afirmar que não tem como negar o que realmente aconteceu, que classificou como um “golpe dos tanque contra os desarmados”. Carlos Fico, professor de história do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especializado no regime militar brasileiro, afirmou, para o *Correio Braziliense*, que as comemorações de 31/03/1964 refletem apenas uma opinião, que pode existir, mas que, do ponto de vista da historiografia, é insignificante e não “representa conhecimento”. Fico declarou, por outro lado, que sua preocupação está centrada nas iniciativas que buscam modificar os livros didáticos. O *Correio* noticiou ainda que a Procuradoria Federal do Cidadão, do Ministério Público Federal, disponibilizou uma nota pública na qual afirma que “festejar a ditadura é festejar um regime inconstitucional e responsável por graves crimes de violação aos direitos humanos”. A procuradora, Deborah Duprat, condenou publicamente a iniciativa de Bolsonaro. A Ordem dos Advogados do Brasil e o Instituto Vladimir Herzog denunciaram a comemoração do golpe militar à Organização das Nações Unidas (ONU). Em resposta às controvérsias sobre o tema, o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, afirmou que “o termo aí, comemoração na esfera do militar, não é muito o caso. Vamos lembrar e marcar uma data histórica que o Brasil passou, com participação decisiva das Forças Armadas, como sempre foi feito”. (*Correio Braziliense* - Política - 31/03/19; *Folha de S. Paulo* - Opinião - 01/04/19; *Folha de S. Paulo* - Poder - 03/04/19; *Folha de S. Paulo* - Poder - 05/04/19)

3- 55 anos da instauração do regime militar III: Palácio do Planalto divulgou vídeo
De acordo com os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, o Palácio do Planalto divulgou, no dia 31/03/19, um vídeo de aproximadamente dois minutos em alusão aos 55 anos da instauração do regime militar (1964-1985). O material foi distribuído por meio do aplicativo WhatsApp, a partir do número oficial da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom). Segundo *O Estado*, a conta é utilizada para o envio de mensagens de utilidade pública, notícias e serviços do governo federal. Para receber os conteúdos, os jornalistas precisam ser cadastrados no sistema. Na filmagem, um homem reforça a narrativa do fato histórico compartilhada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. De acordo

com o *Correio*, o personagem afirma no vídeo que o período que precedeu o regime era “um tempo de medo e ameaças. Ameaças daquilo que os comunistas faziam e era imposto sem exceção. Prendiam e matavam seus próprios compatriotas”. De acordo com a narrativa do vídeo, como descreveu *O Estado*, o Exército teria sido “conclamado por jornais, rádios, TVs e, principalmente, pelo povo na rua, povo de verdade, pais, mães, igreja”. A gravação é finalizada com a bandeira do Brasil e outro narrador afirmando que “o exército não quer palmas nem homenagem”, quer “apenas cumprir o seu papel”. De acordo com *O Estado*, o vídeo foi compartilhado no Twitter pelo deputado federal e filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, que publicou: “num dia como o de hoje o Brasil foi liberto. Obrigado militares de 64!”. Por meio de nota, a Secom afirmou que o vídeo foi publicado pelo Planalto, mas não foi produzido pelo mesmo, e que a divulgação não foi uma ação da Secretaria. Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *Estado de S. Paulo*, o vice-presidente da República, Hamilton Mourão, declarou que partiu de Jair Bolsonaro a ordem para que o canal oficial do governo enviasse um vídeo pelo aplicativo de mensagens, e que responsável pelas publicações do Planalto é o presidente. Ademais, o vice-presidente alegou que não viu o vídeo antes de sua divulgação. De acordo com a *Folha* e *O Estado*, o responsável pela produção do vídeo é o empresário do ramo de metalurgia, Osmar Stábile. O empresário afirmou que não tem relação com o governo e é “autoprodutor” do material. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, o mestre em sociologia, Marcelo Coelho, classificou o vídeo como “bizarro” e “loucura”, por descrever, como um período de trevas, a República democrática que antecedeu a ditadura. De acordo com Coelho, afirmar que a “intervenção militar de 31 de março não cassou parlamentares, não extinguiu partidos políticos, não fechou o Congresso, não tirou juízes e ministros do STF de suas funções, não matou ninguém, não censurou jornais, músicas e peças de teatro, não permitiu a tortura e a prisão indiscriminada de opositores do regime” é desonesto e representa ignorância histórica. (*Correio Braziliense* - Brasil - 01/04/19; *Correio Braziliense* – Política – 02/04/19; *Folha de S. Paulo* - Ilustrada - 03/04/19; *Folha de S. Paulo* – Poder – 03/04/19; *O Estado de S. Paulo* - Política - 01/04/19; *Estado de S. Paulo* – Política – 02/04/19; *Estado de S. Paulo* – Política – 03/04/19)

4- 55 anos da instauração do regime militar IV: Manifestantes foram às ruas em capitais

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, manifestantes favoráveis e contrários ao regime militar (1964-1985) foram às ruas no dia 31/03/19, data que marcou os 55 anos da tomada do poder pelos militares. Dentre as capitais que foram palco dos protestos estão as dos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Pará e a capital federal, Brasília. Segundo *O Estado*, a manifestação na Avenida Paulista, na cidade de São Paulo, resultou em tumulto entre grupos rivais em frente ao prédio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). De acordo com a *Folha*, o confronto envolveu cerca de 50 pessoas e foram utilizados cabos de madeira e até uma pistola "taser", de eletrochoque. (*Correio Braziliense* - Brasil - 01/04/19; *Folha de S. Paulo* - Poder - 01/04/19; *O Estado de S. Paulo* - Política - 01/04/19)

5 - 55 anos da instauração do regime militar V: documentos Sistema de Informações do Arquivo Nacional

O periódico *Correio Braziliense* levantou, através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, cerca de 40 documentos históricos referentes a comemorações do dia 31/03/1964. Entre os documentos foi identificada uma circular, produzidos pelo chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas do governo de Médici, coronel Octavio Costa, que instruía prefeitos a inaugurar ao menos uma obra nesta data, ainda que de orçamento modesto, para “motivar a opinião pública”. Costa sugeriu inclusive a adoção do slogan: “Março – tempo de construir, ajude ainda mais sua comunidade”. O periódico informou ter identificado uma nota informativa enviada pela presidência sobre a agenda cultural, que indicava dia 31/03 como “Aniversário da Revolução de 64”. Entre os documentos levantados, *O Correio* noticiou ainda duas cartas de denúncia. Uma enviada à Comissão de Investigações em 1971, segundo a qual vereadores do MDB de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, haviam debochado das comemorações do dia 31/03 por sua proximidade com o dia 01/04, popularmente conhecido como “dia da mentira”. Outra carta foi escrita em 1974 na cidade de Bom Jesus, no estado do Rio de Janeiro, para denunciar um suposto conluio de um colega do prefeito e seu filho contra os militares. Ademais, o periódico identificou uma nota informativa do Conselho de Segurança internacional, indicando que o dia 31/03 havia sido lembrado em contexto internacional. (*Correio Braziliense* - 31/03/19 - Política)

6- Militar da Força Aérea Brasileira foi nomeado para a Secretaria Executiva do Ministério da Educação

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, e *O Estado de S. Paulo*, o tenente-brigadeiro da reserva da Força Aérea Brasileira (FAB) Ricardo Machado Vieira foi nomeado secretário executivo do Ministério da Educação. Vieira foi chefe do Estado-maior da FAB e ocupava o cargo de chefe de gabinete do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) antes de sua nomeação. De acordo com a *Folha* e *O Estado*, a nomeação do tenente-brigadeiro integra um esforço de militares em reorganizar o ministério diante das crises e polêmicas na atuação do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. De acordo com *O Estado*, a única experiência prévia de Vieira no setor educacional remonta ao período em que exerceu o cargo de secretário de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto do Ministério da Defesa. (*Correio Braziliense* – 30/03/2019; *Folha de S. Paulo* – 30/03/2019 – Cotidiano; *O Estado de S. Paulo* – 30/03/2019 – Metrópole)

7- Militar da Marinha Brasileira foi condecorada pela Organização das Nações Unidas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a capitã de corveta da Marinha Brasileira, Márcia Andrade Braga, recebeu o prêmio de Defensora Militar da Igualdade de Gênero da Organização das Nações Unidas (ONU), no dia 29/03/2019. De acordo com o jornal, Braga participou da criação de uma rede de conselheiros de gênero e da capacitação de pontos focais entre as unidades militares da Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA). Em entrevista, o

subsecretário-geral para o Departamento de Operações de Paz da ONU, Jean-Pierre Lacroix, afirmou que Braga é “um exemplo estelar do motivo pelo qual precisamos de mais mulheres em operações de paz: as missões funcionam de forma eficaz quando mulheres desempenham papéis significativos e quando mulheres nas comunidades anfitriãs são diretamente engajadas”. De acordo com a militar brasileira laureada, “ampliar o engajamento de mulheres também é importante, porque é mais fácil que mulheres locais conversem sobre violências com mulheres do que com homens; então, a presença ajuda nessa comunicação e a obter informações importantes que nos ajudem nas missões”. Ao receber o prêmio, Braga pediu uma maior participação de mulheres em missões, uma vez que apenas 3,7% dos militares na MINUSCA são mulheres, a média da ONU é de 4%. De acordo com a capitã, o patrulhamento feminino é essencial para a prevenção de violações sexuais, principalmente de crimes cometidos por membros da tropa da ONU. A MINUSCA já recebeu muitas denúncias de exploração e abuso sexual praticada por capacetes azuis. Por fim, Braga afirmou que “as mulheres nas patrulhas têm um olhar diferenciado e isso ajuda a identificar possíveis ameaças”. (Correio Braziliense – Brasil – 30/03/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 02/04/19)

8- Periódico recapitulou a posição de militares do governo

Em matéria, o periódico *O Estado de S. Paulo* procurou recapitular o que os militares que atualmente compõem o governo do presidente da República, Jair Bolsonaro, faziam ou que cargos ocuparam durante o regime militar brasileiro (1964-1985). O jornal analisou as etapas da carreira do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro, do ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, do Ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto Santos Cruz, do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, general Floriano Peixoto, do ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque e do titular da Ciência e Tecnologia, tenente-coronel Marcos Pontes. De acordo com as informações do jornal, alguns integrantes do governo de Bolsonaro afastaram-se de fortes conexões ideológicas com o regime. Santos Cruz afirmou que não fez “parte de grupos estereotipados. Fui ser militar porque tinha atração pela atividade militar e era uma opção profissional que eu tinha possibilidade de acessar”. Heleno, por sua vez, caracterizou como “irrelevante” sua participação no levante do grupo que então seguia ordens do ministro do Exército, Sylvio Frota. (O Estado de S. Paulo - Política - 31/03/19)

9- Um quarto dos discursos do presidente são sobre o Regime Militar

O periódico *O Estado de S. Paulo* afirmou que, através de uma compilação e análise dos discursos do presidente da República, Jair Bolsonaro, entre 2001 e 2018, foi possível constatar que 28%, cerca de um quarto dos discursos do presidente, fizeram referência ao regime militar brasileiro (1964-1985). Segundo o jornal, os discursos são caracterizados por uma carga nostálgica, pelo elogio aos militares que reprimiram a oposição de esquerda e pela negação de violações dos direitos humanos perpetradas pelas forças armadas. (O Estado de S. Paulo - Política - 31/03/19)

10- Processo de seleção para a Escola de Sargentos das Armas

O *Correio Braziliense* noticiou a abertura do processo seletivo da Escola de Sargentos das Armas, que oferece 1.100 vagas para a turma de 2020/2021, que ingressará em fevereiro de 2020. O curso de formação tem duração de 2 anos. As vagas são para três áreas de especialização: geral/aviação, para jovens entre 17 e 24 anos, saúde e música, para os interessados entre 17 e 26 anos. Podem se candidatar às vagas homens e mulheres, brasileiros natos ou naturalizados com ensino médio completo. “Os selecionados receberão R\$ 880 mensais, além de terem direito a alimentação, plano de saúde e dormitório”. A prova e a redação serão aplicadas em 4 de agosto, englobando assuntos como “português, matemática, história e geografia do Brasil e inglês”, além de temas mais específicos para as áreas escolhidas e um teste físico. (*Correio Braziliense* - 31/03/19 - Política)

11- Olavo de Carvalho atacou criticou general Santos Cruz

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, Olavo de Carvalho voltou a criticar militares no governo. O alvo das críticas foi o ministro da Secretaria de Governo, general Santos Cruz, que afirmou ser necessário “estabelecer o diálogo entre Executivo e Legislativo e reinterpretar a suposta disputa entre as chamadas nova e velha política”. O escritor baseado nos Estados Unidos, defendeu que “o general Santos Cruz ofende de maneira brutal o nosso presidente” e afirmou que “o truque do Santos Cruz é camuflar sua mediocridade invejosa sob trejeitos de isentismo e acusar de ‘extremista’ quem o supera intelectualmente”. (*Correio Braziliense* – Política – 02/04/19; *Folha de S. Paulo* – Poder – 02/04/19)

12- Coluna opinativa comentou teses do bolsonarismo

Em coluna para a *Folha de S. Paulo*, o filósofo e professor da Universidade de São Paulo, Pablo Ortellado, comentou a difusão de teses que considera “delirantes” por apoiadores de Jair Bolsonaro, como o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e pelo próprio presidente da República, que denominou de “bolsonarismos”. O professor citou como exemplos a negação da ditadura militar brasileira e a tese de que o nazismo foi um movimento vinculado à esquerda política. Ortellado defendeu que ainda que essas ideias pareçam estar restritas a um círculo de pessoas que considera fanáticas, esta situação pode se alterar. Segundo o professor, estas manifestações tem como objetivo “fazer com que um entendimento excêntrico aglutine força popular de magnitude que consiga gerar força gravitacional para desbancar o juízo estabelecido e fazer o mundo político orbitar em torno de si”. (*Folha de S. Paulo* – Opinião – 02/04/19)

13- Colunista comentou documentário sobre ditadura militar

Colunista da *Folha de S. Paulo*, Fábio Zanini, comentou o documentário “1964: O Brasil entre Armas e Livros” lançado no aniversário de 55 anos do início da ditadura militar (1964-1985), que procura expor uma versão alternativa sobre a destituição de João Goulart pelos militares. O filme é de autoria do Brasil Paralelo, definida pelo jornal como “um misto de produtora e empresa” com sede na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. A produtora é conhecida por produzir vídeos sobre a história do Brasil, com orientação política de direita. Em fevereiro deste ano, o deputado e filho do presidente da República, Eduardo Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), divulgou o documentário em suas redes sociais. Segundo Zanini, seria injusto alegar que o documentário é

uma defesa clara da ditadura, apesar de haver simpatia pelo período, uma vez que apresenta críticas aos excessos do regime militar e menções ao comportamento de “psicopatas” que praticaram a tortura e mataram opositores. O ponto mais polêmico do filme segundo o colunista da *Folha*, é a equivalência posta entre os dois lados, sendo um deles os militares, identificados na direita política e, o outro, opositores, vinculados à esquerda. Os entrevistados no documentário afirmam que houve abusos do governo, porém foram uma represália às atividades terroristas de grupos armados. De acordo com Fábio Zanini, o maior erro dos militares foi o descuido com a batalha de ideias que foi ganha pela esquerda, uma vez que “enquanto o aparato repressivo matava o jornalista Vladimir Herzog, Chico Buarque conquistava a juventude com suas composições sobre amor e liberdade”. De acordo com o *Correio Braziliense*, o documentário causou polêmica nas redes sociais. Além disso, o presidente da República, Jair Bolsonaro, assistiu ao documentário com uma comitiva, na qual estava a deputada federal, Bia Kicis, que após assistir afirmou em seu Twitter que “só a verdade constrói. Recomendo fortemente que assistam”. (*Correio Braziliense* – Cidades – 04/04/19; *Folha de S. Paulo* – Poder – 02/04/19)

14- Evento militar teve arma furtada

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, uma pistola de 9mm foi furtada na maior feira de armas da América Latina, a LAAD, no centro de convenções Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com o jornal, o furto aconteceu na manhã do dia 02/04/19, antes da abertura do evento, que foi feita pelo vice-presidente, general Hamilton Mourão. O controle da entrada dos armamentos no local é feito pelo Exército e de acordo com a instituição, os criminosos ainda não foram localizados. Segundo o periódico, no mesmo evento, em 2013, dois homens tentaram furto de duas submetralhadoras e foram presos. Ademais, de acordo com a *Folha*, a Marinha assinou a compra de quatro corvetas durante a feira. (*Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 03/04/19)

15- Ministro da Educação sugeriu retirar golpe militar dos livros didáticos

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 03/04/19, durante uma entrevista ao jornal Valor Econômico, o ministro da Educação, Ricardo Vélez, afirmou que os livros didáticos serão alterados aos poucos para que “as crianças possam ter a ideia verídica, real” pois “a história brasileira mostra que o 31 de março de 1964 foi uma decisão soberana da sociedade brasileira” e não um golpe de Estado. De acordo com os jornais, Vélez defendeu que a ditadura militar (1964-1985), foi um “regime democrático de força” necessário para aquele momento histórico. Segundo a *Folha*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, já havia exposto uma ideia semelhante de revisão histórica nos livros didáticos. De acordo com o *Correio*, no dia 01/04/19, o ministro da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, declarou que em 1964 não houve um golpe de Estado. Cruz admitiu, porém, que “foi uma ditadura com algumas características. Nem todas são iguais”. De acordo com o *Correio*, a diretora do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa, expressou que a mudança nos livros didáticos é um retrocesso para o Ministério da Educação (MEC). Além disso, o diretor de Estratégia Política da ONG Todos pela Educação, João

Marcelo Borges, declarou que essa não é uma decisão que Véléz pode tomar sozinho, mas que isso deve ser decidido por uma comissão com a participação da sociedade e da academia. De acordo com a *Folha*, o professor de ética da Universidade de Campinas (Unicamp), Roberto Romano, afirmou que a história não pode ser tratada por Véléz de forma leviana e que existem documentações e relatos provando que no Brasil ocorreu uma ditadura. Para Romano, “o cargo de ministro deve ser de garantir a pesquisa científica e [a produção de] evidências, e não slogan e ideologias. É má-fé autoritária e inconstitucional. Ele não pode usar o cargo para mentir sobre a história”. Já para historiadora e professora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Helena Rolim Capelato, as declarações de Véléz se tratam de negacionismo histórico e que “a história está mais do que provada, que houve um golpe civil-militar e que ele resultou numa ditadura de longa duração”. Segundo *O Estado*, o presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale), Cândido Grangeiro, afirmou que livros didáticos não podem ser elaborados a partir de opiniões, mas que precisam ser “guiados por rigor acadêmico”. Para o colunista do *Estado*, Luis Fernando Verissimo, o que realmente está em discussão é o significado da palavra “golpe”, e que a História do Brasil vai depender de qual definição vai prevalecer, sendo que os militares já escolheram sua definição, “o que houve no País, em 1964, segundo eles, foi nada. O que veio depois de 64 não foi uma ditadura de 20 anos, foi nada”. Segundo a *Folha*, a afirmação de Véléz teria irritado a cúpula militar. O jornal afirmou que a declaração do ministro na semana seguinte ao dia 31/03/19 “é um desgaste desnecessário”, além de ressaltar o comentário de um dos integrantes da cúpula, “o problema é que o ministro está fazendo hora extra”. (Correio Braziliense – Brasil – 04/04/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/04/19; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/04/19; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 04/04/19; O Estado de S. Paulo – Caderno – 04/04/19)

16- Novo caça da FAB deve estar pronto em Agosto

Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB), deve realizar em agosto de 2019, o primeiro voo de seu caça, modelo Gripen, produzido por uma parceria entre a Embraer e a empresa sueca, Saab. De acordo com a *Folha*, já estão em produção quatro aeronaves deste modelo, sendo uma delas destinada à FAB. O modelo Gripen foi escolhido em 2014 pela FAB para ser sua aeronave de combate e multimissão. O contrato assinado em 2015 teve o valor de 16,3 bilhões de reais. Além disso, segundo os jornais, no contrato a FAB exigiu que houvesse transferência de tecnologia, de modo que as próximas 15 aeronaves devem ser produzidas pela Embraer na cidade de Gavião Peixoto, no estado de São Paulo. De acordo com os periódicos, o presidente da Embraer Defesa, Jackson Schneider, informou que no Brasil serão montados os Gripen NG, uma versão avançada dos caças suecos, sendo que oito desses caças serão unidades de dois lugares, tanto para treinamento como para missões que exijam outro piloto. De acordo com *O Estado*, ao todo foi encomendado um lote de 36 caças. (Folha de S. Paulo – Poder – 04/04/19; O Estado de S. Paulo – Política – 04/04/19)

17- Acordo prevê criação de “áreas restritas” na base de Alcântara

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o acordo entre Brasil e Estados Unidos envolvendo a base de Alcântara, no estado de Maranhão, prevê a criação de “áreas restritas”, cujo acesso será autorizado pelo Brasil apenas a pessoas que tenham a permissão do governo dos Estados Unidos. Essas áreas seriam utilizadas para o manejo de tecnologias estadunidenses, definidas pelos governos dos dois países. O acordo prevê ainda “áreas controladas”, cujo acesso poderá ser permitido pelo governo brasileiro ou outros países que também desenvolvem atividades na base. De acordo com o periódico, a nova proposta busca evitar entraves no Congresso Nacional, uma vez que a tentativa de acordo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi negada por garantir aos estadunidenses controle exclusivo dos espaços que ocupassem na base. Segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o acordo anterior que rejeitado teria rendido 3,9 bilhões de dólares ao governo brasileiro. (*O Estado de S. Paulo – Política – 05/04/19*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Molina Ferreto (Redator, graduando em Relações Internacionais); Solano Pereira d'Oliveira (Redator, graduando em Relações Internacionais).